

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2019

(Do Sr. Padre João)

Requeiro a Vossa Excelência a realização de audiência pública desta Comissão para debater os níveis de agrotóxicos presentes na água consumida no Brasil, com base na pesquisa "Por Trás do Alimento", divulgada em 15 de abril pelas organizações Agência Pública, Repórter Brasil e Public Eye.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 24, III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública desta Comissão, com o objetivo de debater os dados trazidos a público pelo levantamento "Por Trás do Alimento", realizado pelas organizações *Agência Pública, Repórter Brasil e Public Eye*, divulgado no dia 15 de abril deste ano.

Para tanto sugiro que sejam convidados representantes das seguintes entidades e órgãos públicos:

- Representante do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano SISÁGUA / Ministério da Saúde;
- Representante do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Confea);
- Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa);
- Dra. Elizabetta Recine (Ex-presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/Consea);
- Representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco);
- Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);
- Representante do Ministério Público do Trabalho (MPT);
- Representante do Coletivo formado por Repórter Brasil, Agência Pública e Public Eye.

JUSTIFICAÇÃO

O estudo “Por Trás do Alimento” revelou que foram encontrados resíduos de agrotóxicos nas águas consumidas por moradores de 1.300 cidades brasileiras, entre elas metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro. Os dados foram obtidos junto ao próprio Ministério da Saúde, que periodicamente testa a qualidade da água que chega às torneiras das residências, mas não divulga os resultados de forma didática e compreensível para a população.

A pesquisa analisou dados coletados entre os anos de 2014 e 2017 e mostrou que, todos os dias, os moradores de 25% das cidades brasileiras são submetidos a um verdadeiro “coquetel que mistura diferentes venenos”, muitos dos quais classificados pela Anvisa como extremamente ou altamente tóxicos, alguns até associados ao desenvolvimento de doenças crônicas como câncer, malformação fetal, disfunções hormonais e reprodutivas.

Água é alimento, e a Constituição Federal definiu que o alimento é um direito social. Assim, entendemos que o acesso a informações sobre contaminação da água de beber, como estas apuradas pelo Ministério da Saúde, deveriam ser divulgadas em formato simples, compreensível para os consumidores. O trabalho realizado em conjunto pela Repórter Brasil, pela Agência Pública e pela Public Eye mostra que isto é possível, e a audiência pública que queremos realizar jogará luzes sobre o assunto.

Conto com o apoio de Vossa Excelência e dos nossos pares para que o debate seja realizado.

Sala da Comissão, em de maio de 2019.

Deputado federal Padre João (PT/MG)